

EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS EDUCADORAS DE INFÂNCIA

Nádia Monteiro

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém
ns.monteiro@hotmail.com

Vânia Pereira

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém
vanokas.pereira@hotmail.com

Isabel Piscalho

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém
isabel.piscalho@ese.ipsantarem.pt

Resumo

Este artigo reporta-se a um estudo que teve como objectivo investigar quais as representações sociais dos educadores de infância sobre a educação para a sexualidade na educação pré-escolar, especificamente nas seguintes dimensões: fontes de informação, informação, crenças, atitudes e intenções comportamentais. Metodologicamente, tratou-se de um estudo quantitativo e descritivo em que foi aplicado um questionário a uma amostra significativa de 86 educadoras de infância do concelho de Santarém, pertencentes a instituições da rede pública, privada e cooperativa.

Como resultados mais significativos regista-se o facto de as inquiridas afirmarem que existe pouca (in)formação sobre esta temática na educação pré-escolar. A falta de formação percebida pelas educadoras leva-as a sentirem-se inseguras para iniciar actividades e projectos nesta área, uma vez que consideram que os manuais de sustentação teórica dão indicações/informações pouco claras sobre o tema e as oportunidades para os profissionais da educação se especializarem sobre os assuntos relacionados com a educação para a sexualidade são escassas. Afirmam, ainda, que as crianças que frequentam o jardim-de-infância têm por hábito colocar muitas questões sobre sexualidade, contudo, consideram que as respostas nem sempre são dadas adequadamente devido à insegurança inerente à falta de formação das educadoras de infância nesta área específica. Por outro lado, as



educadoras inquiridas encaram a educação para a sexualidade tão importante como outras áreas e defendem que esta deve começar a ser abordada desde a educação pré-escolar (3-6 anos). No entanto, verificou-se que este é um dos temas menos frequentes nos projectos curriculares das inquiridas. Constatou-se, ainda, que a família é um elemento essencial na educação para a sexualidade, surgindo como primeira opção dos inquiridos quando questionados sobre a quem compete abordar este tema com as crianças.

Palavras-chave: Educação para a Sexualidade; Educação e Promoção para a Saúde; Educação Pré-Escolar; Representações Sociais.

Abstract

This article refers to a study that aimed to investigate the social representations of kindergarten teachers on education for sexuality in pre-school, specifically in the following dimensions: information sources, information, beliefs, attitudes and behavioral intentions.

Methodologically, this was a descriptive and quantitative study in which a questionnaire was administered to a representative sample of 86 kindergarten teachers in the municipality of Santarém, belonging to public, private and cooperative schools.

More significant results indicate the respondents' assertion that there is little (in)formation on the subject in pre-school. Lack of training is perceived by the educators and leads them to feel insecure to initiate activities and projects in this area. They consider that some manuals provide theoretical support but unclear information on the subject. Also the opportunities for education professionals to specialize on matters related to education for sexuality are scarce. They claim, furthermore, that children who attend kindergarten, usually ask many questions about sexuality, however, the answers given are not always adequate due to the insecurity derived, in their view, from the poor training of kindergarten teachers in this specific area. Furthermore, the surveyed educators regard education for sexuality as important as other areas and argue that this should begin to be addressed from pre-school (3-6 years). However, we observed that this is one of the less common themes in the curriculum projects surveyed. The family was also perceived as an essential element in education for sexuality, emerging as first choice of respondents when asked about who is to address this issue with children.

Keywords: Sexual Education; Health Education and Promotion; Kindergarten; Social Representations.

Introdução

A motivação para este estudo, em que se procurou analisar as representações sociais de uma amostra representativa de educadores de infância do concelho de Santarém sobre a temática da educação para a sexualidade na educação pré-escolar – ao nível das dimensões “fontes de informação”, “informações”, “atitudes”, “crenças” e “intenções comportamentais” – teve a ver, por um lado, com a importância que a educação para os afectos e valores e a promoção e educação para saúde assumem desde cedo e, por outro lado, com a constatação de que o conceito de educação para a sexualidade conduz a constantes interrogações quando se tenta precisar e definir.

Sendo a representação social um conjunto organizado de opiniões, de atitudes, de crenças e de informações referentes a um objecto ou situação, pode considerar-se que todas as pessoas têm uma representação social acerca de diversos temas. Essas representações são determinadas pelo próprio sujeito (tendo em conta as experiências de vida pessoais), pelo sistema social e ideológico no qual está inserido e ainda pela natureza das ligações que o sujeito tece com a rede social (Jodelet, 1989). Desta forma, a educação para sexualidade será objecto de uma representação nos sujeitos e nos grupos sociais nos quais eles estão inseridos.

No âmbito do quadro legal, importa mencionar que no período em que foi realizado este estudo (ano lectivo de 2007/2008) ainda não tinha sido aprovada a Lei n.º 60/2009 de 6 de Agosto, que designa o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar nos estabelecimentos do ensino da rede pública, privada e cooperativa com contrato de associação, de todo o território nacional. A referida legislação incluiu a educação sexual nos currículos do ensino básico e secundário integrada na área da educação para a saúde, área da qual fazem parte, igualmente, a educação alimentar, a actividade física, a prevenção dos consumos nocivos e a prevenção da violência em meio escolar. O conceito actual de educação para a saúde tem subjacente a ideia de que a informação permite identificar comportamentos de risco, reconhecer os benefícios dos comportamentos adequados e suscitar comportamentos de prevenção.



Convém referir que ao longo do presente artigo, embora a terminologia “educação sexual” seja a mais presente na literatura, utilizar-se-á o termo “educação para a sexualidade” por considerá-lo mais abrangente, pois engloba as dimensões afectiva, moral, as questões do desenvolvimento, reprodução, as sensações, entre outros aspectos.

A Educação para a Sexualidade na Educação Pré-Escolar

A sexualidade, na perspectiva de Miguel e Vilar (1987), é uma das componentes da nossa vivência corporal que integra a genitalidade, mas é também um dos factores mais importantes na estruturação da nossa maneira de ser e no relacionamento interpessoal, nomeadamente no domínio amoroso. Assim, a sexualidade é um elemento essencial na formação da identidade global, do auto-conceito, da auto-estima e, de forma global, do bem-estar físico e emocional dos indivíduos, designadamente das crianças, uma vez que os indivíduos só serão felizes ao sentirem-se bem consigo próprios e com os outros.

Existe todo um processo de aprendizagem quotidiana, espontânea e ocasional, através da percepção de atitudes que os vários intervenientes (pais, famílias, amigos, professores, meios de comunicação social, etc.) revelam face à sexualidade. Esta aprendizagem não se restringe à infância e adolescência, mas prolonga-se através de toda a vida do adulto, e tão importante quanto este processo de transmissão de valores são as próprias experiências de relacionamento que poderão ou não promover uma atitude positiva e saudável face à própria sexualidade. Por isso, estar informado, quer se seja criança, jovem ou adulto, permite fomentar uma atitude positiva face à sexualidade, fazendo com que a qualidade afectiva das relações sexuais assuma cada vez maior importância.

Por outro lado, a sexualidade é influenciada pelo processo de socialização. Este processo é contínuo e feito de mensagens contraditórias, por vezes até conflituais e é neste contexto que, mediante diferentes influências e experiências, se vai formando a identidade sexual.

A Escola, enquanto espaço de grande importância na socialização das crianças e dos jovens, tem um papel a desempenhar na construção e consolidação de valores, atitudes e para a própria estruturação da identidade pessoal e do respeito pelo outro (Silva et al., 2005).



Ao abordarmos a educação para a sexualidade desde a educação pré-escolar, também estamos a contribuir para uma verdadeira promoção e educação para a saúde, uma vez que se promove a adopção de comportamentos saudáveis precocemente (Navarro, 1989).

Segundo Sanders e Swinden (1995), quando um educador ensina algo sobre a sexualidade, os seus próprios valores, atitudes e tabus são também questionados, tendo influência factores como a idade, classe social, sexo, bem como a cultura com a qual o educador se identifica. Por conseguinte, é fundamental a formação de educadores capazes de observar e entender o que se passa na prática pedagógica e contrariar a indiferença e passividade dominantes nas instituições educativas e de formação no que respeita a esta área (Bettencourt, Campos & Fragateiro, 2000).

Metodologia

Objectivos

Moscovici (1989) define representações sociais como um sistema de valores, de noções e de práticas relativas a objectos, aspectos ou dimensões do meio social que permitem, não somente, o estabelecimento do quadro de vida dos indivíduos e dos grupos, mas que constitui igualmente um instrumento de orientação, de percepção das situações e de elaboração de respostas.

Segundo Jodelet (1989), as representações sociais são fenómenos complexos activados e activos na vida social, ou seja, estruturas cognitivas do indivíduo, ferramentas preciosas que lhe permitem encontrar coerência no meio e construir a realidade social.

Pode sugerir-se que uma representação social é influenciada por factores inerentes à sociedade em que é formada e, também, pelo sujeito que a elabora. Os aspectos relativos à sociedade estão relacionados com o contexto concreto onde se situam os indivíduos, com o tipo de comunicação que estabelecem e com os quadros de referência de que dispõem (constituídos pelos valores éticos e morais que lhes foram inculcados; pelas suas ideologias e códigos de comportamento; pela sua bagagem cultural; pelo meio socioeconómico em que vivem). Os aspectos relativos ao sujeito que elabora a representação social prendem-se, essencialmente, com o facto de cada pessoa compreender uma mesma situação de forma diferente. As experiências de vida pessoais influenciam a forma como interpretamos as nossas



percepções. Sejam quais forem as categorizações sobre o mundo que nos rodeia, elas resultam de uma interacção entre a informação recolhida no exterior e os esquemas mentais pré-existentes.

Desta forma, os educadores terão elaborado, ao longo do tempo, representações da educação para a sexualidade que serão, então, expressas enquanto ideia, crença, valor e atitude individual e colectiva, ou seja, estas são elaboradas com base na informação existente, expressa pelos mais variados canais, segundo características internas ao sujeito e ao grupo onde ele está inserido.

Temas como a educação para a sexualidade ainda geram algum desconforto e polémica. Na sociedade coexistem diferentes padrões morais, o que faz com que cada educador encare o tema e o possa abordar de diversas formas. Foi objectivo deste estudo, através das representações sociais expressas no discurso de um determinado grupo social (educadores de infância), conhecer a abordagem da sexualidade na educação pré-escolar contribuindo, assim, para o conhecimento das práticas dos educadores de infância nos jardins-de-infância.

Mais concretamente, norteou este estudo a seguinte questão de investigação: qual será a representação social dos educadores de infância sobre a educação para a sexualidade no ensino pré-escolar?

Tipo de Estudo

Metodologicamente, tratou-se de um estudo exploratório em que se procedeu à recolha, descrição e análise de dados. Este método de investigação descritiva implicou estudar, compreender e explicar a situação actual do objecto de investigação e visou conhecer uma realidade, neste caso, as considerações existentes sobre a educação para a sexualidade na educação pré-escolar (Carmo & Ferreira, 1998).

Instrumento

Quanto ao instrumento utilizado, recorreu-se ao inquérito por questionário, considerado um dos meios apropriados para recolher dados referentes às representações sociais de um fenómeno.

A utilização de um questionário apresenta a vantagem de os inquiridos se sentirem mais confiantes, dado o anonimato, o que possibilita informações e respostas mais fidedignas. Além deste aspecto, esta técnica apresenta outras vantagens, como

o facto de permitir abarcar uma população relativamente extensa e recolher uma grande quantidade de dados, com economia de tempo. Permite obter respostas mais rápidas e precisas, onde o informante possui mais tempo para responder e há menos risco de distorção, pela não influência do investigador.

Contudo, apesar de apresentar todas estas vantagens, a utilização do questionário apresenta algumas limitações. Segundo Pinto (1990), a impossibilidade de controlar a honestidade das pessoas inquiridas deixa, desde logo, margem para erro, salientando-se os erros de amostragem e o formato do questionário.

O questionário também impõe que se estabeleçam critérios muito precisos no que respeita à elaboração e escolha das questões propostas, as quais devem estar de acordo com os objectivos.

Segundo Marconi e Lakatos (2006), este instrumento poderá ainda apresentar outras desvantagens, como a pequena percentagem dos questionários que poderão ser devolvidos; o grande número de questões que poderão vir sem respostas; a uniformidade aparente que poderá surgir devido à dificuldade de compreensão, por parte dos informantes; a impossibilidade de ajudar o informante em questões mal compreendidas; a exigência de um universo mais homogéneo.

Na construção do questionário utilizado neste estudo baseamo-nos na revisão da literatura efectuada e num questionário já existente sobre educação para a sexualidade (Piscalho et al., 2000).

De acordo com Pereira (1997), para o estudo das representações sociais, têm sido utilizadas as mais diversas técnicas, pelo que actualmente não existe ainda uma única que se possa afirmar que estude a representação social em todas as suas dimensões. Não obstante, o conjunto das 28 questões que compunham o instrumento utilizado, procurava conhecer as representações sociais dos educadores de infância sobre a educação para a sexualidade na educação pré-escolar em cinco das suas dimensões: fontes de informação; informação; crenças; atitudes; intenções comportamentais. Estas cinco dimensões são sugeridas por autores que salientam a sua importância para o estudo das representações sociais (Jodelet, 1989; Moscovici, 1984), relacionam-se entre si e foram estudadas numa perspectiva de conjunto.

Seleção e Caracterização da Amostra

Segundo Ghiglione e Matalon (1993), é praticamente impossível estudar uma



população de forma exaustiva, pois tornar-se-ia um processo muito longo e dispendioso, podendo obter-se os mesmos resultados com um número limitado de pessoas, desde que este grupo tenha sido correctamente escolhido. Assim, o principal problema prendeu-se com o facto de escolher um grupo de indivíduos que apresentasse características idênticas às da população em estudo, para que os resultados pudessem ser generalizados.

Tendo em conta estas indicações, seleccionou-se uma população que incluísse todos os educadores de infância do concelho de Santarém, correspondendo a um total de 112 sujeitos, visando as instituições que estavam contempladas em fontes de referência para a educação pré-escolar: o sítio do Ministério da Educação e a Carta Educativa do Concelho de Santarém. Às instituições presentes nesta lista, acrescentaram-se três jardins-de-infância que, entretanto, iniciaram a sua actividade no ano lectivo 2007/2008, na cidade de Santarém. Na selecção da população, considerou-se como único critério que as instituições escolhidas tivessem, obrigatoriamente, a valência de jardim-de-infância (3-6 anos).

Distribuiu-se o questionário a toda a população (112 educadores de infância), contudo, só foram devolvidos 86 questionários. A amostra foi, portanto, constituída por 86 sujeitos do género feminino, com idades compreendidas entre os 22 e os 55 anos e que se encontravam a trabalhar no concelho de Santarém.

Em relação às habilitações académicas das educadoras de infância inquiridas verificou-se que: 71 inquiridas possuíam a licenciatura como habilitação académica (82,6%); 11 possuíam a habilitação de bacharelato (12,8%); 2 educadoras de infância possuíam o grau de Mestrado (2,3%); e a mesma percentagem (2,3%) que surge na opção “outra”, que corresponde a duas educadoras que possuíam a Licenciatura e uma especialização.

No que respeita ao estabelecimento de ensino onde se formaram como educadoras de infância, verificou-se que 28 inquiridas (32,6%) frequentaram a Escola Superior de Educação de Santarém, seguido de 19 educadoras (22,1%) que adquiriram a sua formação na Escola Superior de Educação João de Deus e 10 educadoras (11,6%) que se formaram na Escola Superior de Educação de Infância Maria Ulrich.

A maioria da nossa amostra (39,5%) concluiu a sua formação entre 1980 e 1989, seguido de 31,4% das inquiridas que terminaram o curso entre 2000 e 2009. Somente 5,8% das inquiridas concluíram a sua formação entre 1970 a 1979.

Com base na análise das instituições contempladas na nossa amostra, verificámos que a maioria das educadoras de infância inquiridas (60,5%) encontravam-se a trabalhar em instituições localizadas na cidade de Santarém.

Quanto à caracterização do local onde as educadoras de infância exerciam as suas funções no ano lectivo 2007/2008, pudemos analisar que 45,3% das inquiridas trabalhavam em jardins-de-infância oficiais e 27,9% das educadoras trabalhavam em IPSS. As educadoras que se encontravam em jardins-de-infância da rede particular apresentavam uma percentagem de 24,4% e 2,3% da nossa amostra não se incluíam em nenhuma caracterização anterior, fazendo parte da União das Misericórdias.

Em relação à categoria profissional verificou-se que 44 das inquiridas (51,2%) eram educadoras do quadro de escola, 15 inquiridas (17,4%) eram educadoras de zona pedagógica e 14 inquiridas (16,3%) eram educadoras contratadas. É de salientar que 6 educadoras não responderam a esta questão e que 7 (8,1%) apresentaram outras categorias profissionais: educadora a realizar estágio profissional; educadora efectiva e educadora/coordenadora pedagógica.

Ainda para a caracterização da amostra julgou-se pertinente averiguar o tempo de serviço das educadoras no jardim-de-infância onde se encontravam a trabalhar no momento. Constatou-se que 60,5% das inquiridas tinham como tempo de serviço no actual jardim-de-infância de 1 a 10 anos, seguindo-se 23,3% das educadoras que se encontravam a trabalhar na actual instituição há 1 ano. A menor percentagem (2,3%) correspondia às educadoras de infância que se encontravam a trabalhar na mesma instituição há mais de 20 anos.

Relativamente ao tempo total de serviço, verificou-se que 36% das educadoras contabilizavam entre 20 a 30 anos de exercício profissional, seguindo-se 32,6% das educadoras com exercício profissional entre 0 a 10 anos.

Quanto à caracterização do grupo de crianças com que as educadoras de infância se encontravam a trabalhar, pudemos verificar que 60 inquiridas (69,8%) se encontravam a trabalhar com um grupo de crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos, enquanto que 22 educadoras (25,6%) tinham um grupo de crianças com idades compreendidas entre os 0 e 3 anos. Existiam, ainda, 2 educadoras de infância (2,3%) que se encontravam com um grupo de crianças com mais de 6 anos (desempenhando funções no ATL).

Quanto ao número de crianças que constituíam o grupo com que trabalhavam



as educadoras, apurou-se que 34,9% das inquiridas se encontravam a trabalhar com um grupo de 21 a 25 crianças, seguido de 27,9% que trabalhavam com um grupo de 16 a 20 crianças. Existia, também, uma pequena percentagem das inquiridas (5,8%) que tinha um grupo constituído por mais de 25 crianças.

Verificou-se, ainda, que 40,7% das educadoras responderam que o jardim-de-infância onde se encontravam a exercer não pertencia à Rede Nacional de Escolas Promotoras da Saúde e apenas 19,8% responderam afirmativo. Sublinhe-se a elevada percentagem de educadoras de infância que desconheciam se o jardim-de-infância onde estavam a exercer pertencia ou não à Rede Nacional de Escolas Promotoras da Saúde (30,2%). Apesar de existir um grande desconhecimento por parte das educadoras inquiridas sobre este facto, importa referir que todos os jardins-de-infância da nossa amostra, pertencentes à Rede Pública, estavam contemplados na Rede Nacional de Escolas Promotoras da Saúde, à excepção dos jardins-de-infância da Rede Privada, IPSS ou pertencentes à União das Misericórdias.

Análise e Discussão dos Resultados por Dimensões

A análise e discussão dos resultados obtidos serão apresentadas contemplando as dimensões identificadas como importantes para o estudo das representações sociais dos educadores de infância sobre a educação para a sexualidade na educação pré-escolar.

Dimensão “Fontes de Informação”

No que concerne às fontes de informação, em que se pretendeu apurar quais os meios através dos quais as educadoras de infância obtêm informação sobre educação para a sexualidade, constatou-se que a maioria das inquiridas abordou a sexualidade infantil ao longo da sua formação inicial e contínua (seminários). A Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada a 14 de Outubro de 1986, terá contribuído para a formação de educadores de infância com a criação de uma nova área curricular denominada Formação Pessoal e Social, que incluía uma componente de educação sexual, a par de outras, como a educação familiar ou a educação para a saúde. Marques e colaboradores (2000) afirmam que o perfil do educador em educação para a sexualidade não apresenta um carácter totalmente diferente do que se lhe atribui noutras áreas de conhecimento, tornando-se, no entanto, necessário que seja fornecido um apoio técnico que lhe permita reflectir sobre os seus próprios valores e



atitudes face à sexualidade e este apoio técnico deve fazer parte da formação dos educadores.

Em 26 de Janeiro de 1985, o Ministério da Saúde publicou a Portaria 52/85, destinada a regulamentar a execução da Lei 3/84 (Frade et al., 1992). Nesta Lei, previa-se o apoio às famílias relativamente a questões no âmbito da educação para a sexualidade, bem como a introdução de conteúdos direccionados para esta temática, nos programas escolares. Estas alterações seriam muito benéficas, uma vez que, ao serem introduzidas, também teria que assegurar-se a formação dos agentes educativos na área da educação para a sexualidade. No entanto, esta Lei nunca foi cumprida, por isso, esta garantia de formação para os educadores também acabou por não acontecer. Actualmente, foi publicada a Portaria n.º 196-A/2010, de 9 de Abril, que regulamenta a Lei n.º 60/2009, de 6 de Agosto, e que estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar. Salienta-se a importância da participação no processo educativo de pais, alunos, professores e técnicos de saúde, destacando que os encarregados de educação e respectivas estruturas representativas serão informados de todas as actividades curriculares e não curriculares desenvolvidas no âmbito desta matéria. Ao Ministério da Educação cabe garantir a formação necessária para o exercício da função aos docentes com responsabilidades na condução da matéria.

Baseando-nos num estudo de Marques et al. (2002), é possível constatar que o conceito de sexualidade abrange muitas dimensões (afectiva, moral, questões do desenvolvimento, reprodução e as sensações), por isso, pode abordar-se este tema tendo em conta vários conteúdos. As Orientações Curriculares (2002) foram mencionadas como fonte de informação privilegiada pelas educadoras inquiridas pois explicitam estes conteúdos, destacando a criação de áreas de carácter transversal, como a Formação Pessoal e Social, que pressupõe a promoção de conhecimentos e atitudes que poderão iniciar-se na educação pré-escolar através de diversos temas, como é o caso da educação para a sexualidade. Porém, 47,7% das inquiridas consideram não existir indicações precisas sobre a selecção de actividades específicas da educação para a sexualidade a abordar no jardim-de-infância.

Dimensão “Informação”

Relativamente a esta dimensão, pretendeu-se aferir a quantidade e qualidade de informação que as educadoras de infância possuem acerca da educação para a



sexualidade e, de uma forma geral, as educadoras consideraram ter informação “suficiente” sobre este tema.

Tendo por base o estudo de Cortesão, Silva e Torres (2005), verificamos que os educadores de infância têm plena consciência da importância do papel que desempenham junto das crianças, ou seja, o seu papel é fundamental para o desenvolvimento integral destas. Durante todo este processo, a temática da sexualidade não poderá ser esquecida, uma vez que é essencial na evolução da vida afectiva. Embora os profissionais da educação tenham esta consciência, por vezes, não desempenham adequadamente as suas funções afirmando que não receberam preparação e formação suficiente para abordarem as questões relacionadas com este tema. No entanto, verifica-se que os planos relativos à formação inicial de docentes têm a preocupação de contemplar cursos ou outros modos de formação que integrem o conhecimento e a reflexão sobre estas questões (Pinto & Henriques, 2000). Pensar a formação inicial numa perspectiva de educação para a cidadania pressupõe estruturar a formação de modo a capacitar os futuros docentes para realizarem de uma forma criativa e interventiva a sua profissão, capazes de analisar criticamente o que ocorre nas práticas educativas, observando e entendendo essas mesmas práticas (Bettencourt, Campos & Fragateiro, 2000).

Quanto aos factores que podem condicionar a preparação do educador de infância para abordar temáticas como a educação para a sexualidade, grande parte das inquiridas indicaram a ausência de formação na área, seguindo-se a falta de informação relativa ao tema e a desactualização de conhecimentos, concordando também com a afirmação de que encontram dificuldades na abordagem do tema. Estes resultados vão ao encontro do estudo de Marques et al. (2002), que afirma que a maioria dos Educadores parecem sentir-se inseguros para iniciar actividades e projectos nesta área, uma vez que as oportunidades de formação na área da educação para a sexualidade são quase inexistentes, existindo também pouca informação disponível sobre esta temática. Esta falta de (in)formação poderá, por sua vez, dar origem a uma desactualização de conhecimentos, o que faz com se seja natural os educadores sentirem alguma hesitação face às atitudes e práticas que devem adoptar perante possíveis reacções das crianças e das próprias famílias.

As educadoras inquiridas têm opiniões contraditórias quando questionadas se as Orientações Curriculares devem dar indicações precisas sobre como conduzir as actividades na área da educação para a sexualidade, existiu uma diferença pouco

significativa entre as educadores de infância que discordaram da afirmação (45,3%) e as que concordaram (44,2%).

A grande maioria das inquiridas referiu que as crianças solicitam informação sobre sexualidade, como por exemplo: como nascem os bebés, de onde vêm, por que razão os meninos e meninas são diferentes. Estas questões são colocadas, maioritariamente, por volta dos 5 anos de idade. Por conseguinte, e tendo em conta as questões colocadas com mais frequência pelas crianças e o estudo realizado por Marques et al. (2000), é importante que, na fase da educação pré-escolar, o educador contribua para que as crianças construam a sua própria identidade, através de um melhor conhecimento do seu corpo, da compreensão da sua origem, da valorização dos afectos e da reflexão crítica acerca dos papéis sociais de ambos os sexos.

Re (2007) defende que os temas da educação para a sexualidade em idade pré-escolar passam por quatro grandes áreas: o conhecimento e valorização do corpo; as relações interpessoais; a identidade sexual; e a reprodução humana. Ao colocarem questões sobre a temática da sexualidade, as crianças esperam obter respostas que satisfaçam as suas necessidades. Na realidade, quando não se responde às crianças, elas acabam por formular as suas próprias conclusões, que nem sempre são as mais adequadas nem as que mais facilitam o seu desenvolvimento afectivo e sexual. É por tudo isto que se torna necessário abordar este tema desde muito cedo.

Dimensão “Crenças”

Nesta dimensão foram incluídas questões que ajudassem a perceber os valores subjacentes à construção da representação social sobre a temática em estudo das inquiridas. Com efeito, apurou-se que quando se introduz a expressão “educação para a sexualidade na educação pré-escolar”, as educadoras associam-na a diferença entre os sexos, a um tema que deve ser abordado sem tabus e ao ciclo da vida/reprodução. Apenas 7,1% das inquiridas relacionam-na como um meio de informação/prevenção para a saúde e 4,5% consideram-na como um tema relacionado com os sentimentos e emoções.

Constatou-se que a maioria das educadoras crê que a educação para a sexualidade deveria ser obrigatória e que a sua abordagem deveria iniciar-se desde a educação pré-escolar (3-6 anos). Consideram que o diálogo sobre o tema deverá ser feito de uma forma sincera e natural, contribuindo para que as crianças aprendam a reflectir, a conhecer-se e a respeitar-se a si próprias e aos outros. Todo este processo



de aquisição de novos conhecimentos é essencial para as crianças, uma vez que estes irão influenciar, em parte, a sexualidade na adolescência e na idade adulta, por isso é fundamental começar a abordar esta área o mais cedo possível. Um estudo desenvolvido por Re (2007) sugere que a educação de infância facilitará o desenvolvimento saudável das crianças sempre que se promova: uma apropriação adequada do seu corpo e da sua sexualidade, incluindo a auto-valorização e a auto-estima; respostas claras e pertinentes às suas dúvidas relativas às questões da vida, do amor, da reprodução, da família, da amizade, e das interações na instituição educativa; modelos de homem e de mulher sem estereótipos.

As educadoras inquiridas encaram a educação para a sexualidade como uma área tão importante como as outras temáticas que se desenvolvem na educação pré-escolar, pois irá contribuir para uma promoção da saúde sexual e reprodutiva. Porém, 37,2% das inquiridas discordaram com a abordagem de temas na educação pré-escolar directamente relacionadas com a prevenção de comportamentos de risco, tais como a gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, etc. Estes resultados não estão concordantes com o estudo de Navarro (1989), que defende que ao abordarmos a educação para a sexualidade desde o pré-escolar, estaremos a contribuir para a promoção e educação para a saúde. Um desenvolvimento harmonioso apela à precocidade da intervenção educativa e à necessidade de se realizar acções de educação para a saúde no jardim-de-infância, o que irá contribuir para desenvolver capacidades nas crianças que as ajudem a prevenir comportamentos de risco. Também o estudo de Sanders e Swinden (1995) defende que a educação para a sexualidade tem como objectivo ajudar as crianças a tomarem decisões responsáveis no que diz respeito às relações que têm com os outros, sendo neste aspecto também relevante ajudar as crianças a desenvolverem um sentido positivo de si próprios. Só assim, as crianças começam, desde cedo, a perceber que todas as atitudes tomadas perante a sexualidade terão consequências, algumas delas mais desagradáveis (ex.: SIDA; gravidez indesejada; bloqueios no relacionamento com o outro, etc.).

Cerca de metade das educadoras discordaram com o facto das crianças que apresentam carências sócio-emocionais serem aquelas que mais necessitam de intervenção na área da educação para a sexualidade, discordando também da ideia que é mais fácil para o educador trabalhar e obter resultados positivos nesta área comparativamente aos docentes de outros graus de ensino, uma vez que as crianças em idade pré-escolar são mais dependentes do adulto do que as crianças mais velhas.



Podemos concluir que as educadoras corroboram com o sugerido por Marques, Pereira e Magro (2003):

“é fácil trabalhar estes temas com crianças desta faixa etária, nas quais os preconceitos não se encontram ainda profundamente enraizados. Neste sentido, o professor/educador terá mais facilidade em demonstrar a importância do respeito pela opinião do outro e o direito que todos têm de escolher o que julgam melhor para si” (p. 48).

Segundo Silva et al. (2005), a educação para a sexualidade deverá ser abordada no currículo da educação de infância como um tema transversal (a par da educação para a saúde ou da educação ambiental – temas transversais trabalhados com frequência), o que irá permitir esclarecer diversas dúvidas e contrariar os estereótipos discriminatórios presentes no dia-a-dia das crianças. Apesar das inquiridas considerarem a educação para a sexualidade um tema transversal, afirmam (65,1%) que os seus objectivos se inscrevem, sobretudo, na área de Formação Pessoal e Social,

Neste sentido, também as Orientações Curriculares (2002) defendem que:

“a Formação Pessoal e Social é considerada uma área transversal, dado que todas as componentes curriculares deverão contribuir para promover nos alunos atitudes e valores que lhes permitam tornarem-se cidadãos conscientes e solidários, capacitando-os para a resolução dos problemas da vida. Também a educação pré-escolar deve favorecer a formação da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário” (p. 51).

As educadoras sugerem que a planificação na área da educação para a sexualidade deve partir de um “acontecimento” ou de uma vivência do dia-a-dia (ex.: relato de uma criança, uma história, etc.). Porém, verificaram-se respostas divergentes (variando entre o “concordo” e o “discordo”) quando questionadas se a planificação nesta área depende do interesse que o educador manifesta pela temática. As Orientações Curriculares para a educação pré-escolar defendem que cabe ao educador planear situações de aprendizagem que sejam desafiadoras, de modo a interessar e estimular cada criança. No entanto, estas situações de aprendizagens também poderão ser planeadas tendo em conta as opiniões das crianças, ou seja, o planeamento realizado em conjunto com as crianças poderá ser mais vantajoso para todo o grupo, uma vez que cada criança contribui com a sua diversidade, capacidades e competências.

É, ainda, de salientar que 70,9% das inquiridas afirmaram que o educador não deve abordar esta temática, caso as crianças não demonstrem interesse por



actividades relacionadas com a educação para a sexualidade. Todavia, vários autores defendem que o jardim-de-infância deve ajudar as crianças a

“descobrir a importância do seu corpo, a importância do respeito pelo corpo e pela pessoa do outro. Deve ajudá-las na aceitação da sua identidade, a descobrirem o papel complementar do homem e da mulher, a apreciarem a riqueza da sexualidade que influencia toda a nossa personalidade, toda a nossa vida” (Cortesão, Silva & Torres, 2005, p. 45).

Quando confrontadas com a questão de que os valores transmitidos pela família desempenhavam um papel crucial na educação para a sexualidade das crianças, a maioria das educadoras responderam “concordo” ou “concordo totalmente”. A família surgiu também como primeira opção sobre a quem competia abordar a educação para a sexualidade com as crianças, seguida da opção Escola. De acordo com Alvim (1986), quando a criança tem a possibilidade de crescer num espaço onde pode colocar as suas dúvidas e perguntas e existe um diálogo aberto e de confiança, está a contribuir-se para que as crianças sintam menos dificuldades e possíveis problemas durante a adolescência.

Segundo Marques, Pereira e Magro (2003), a família tem um papel central na transmissão de valores, mas “cabe ao educador/professor a tarefa de trabalhar, orientar e reforçar os valores universalmente aceites. Com este objectivo é necessário que exista sempre colaboração e cooperação entre a escola e a família” (p. 48). A educação pré-escolar assume um papel muito importante, na medida em que, ao possibilitar a interacção com diferentes valores e perspectivas, constitui um contexto favorável para que a criança comece a tomar consciência de si e do outro.

Dimensão “Atitudes”

Relativamente a esta dimensão em que se pretendia averiguar o posicionamento das educadoras de infância face a uma situação concreta, foi possível constatar que as inquiridas valorizam e desenvolvem a sua actuação pedagógica, sobretudo, nas áreas da formação pessoal e social e expressão e comunicação (domínios da expressão motora, expressão plástica, linguagem oral, abordagem à escrita, sendo que a expressão dramática e a expressão musical foram as menos referidas).

Os temas desenvolvidos e que constam do projecto curricular de jardim-de-infância das educadoras de infância estão relacionados com a educação



para a cidadania, seguido da educação ambiental e da educação para a saúde. A educação para a sexualidade e a educação para o consumidor foram os temas menos mencionados apesar da educação para a cidadania expressa nas Orientações Curriculares, baseia-se na aquisição de um espírito crítico e da interiorização de valores, pressupõe

“conhecimentos e atitudes que poderão iniciar-se na educação pré-escolar através da abordagem de temas transversais, tais como: educação multicultural, educação sexual, educação para a saúde, educação para a prevenção de acidentes, educação do consumidor” (2002, p. 55).

Relativamente à regularidade com que as educadoras de infância abordavam a educação para a sexualidade com as crianças, verificou-se que grande parte das inquiridas (43%) respondeu que abordam esta temática “algumas vezes”. No entanto, 10,5% das educadoras referiram que nunca abordaram esta temática ou que o fizeram poucas vezes (10,5%), justificando estas respostas com o pouco tempo de serviço que apresentavam ou com a idade das crianças com que trabalhavam no momento (em contexto de creche). Por outro lado, existe a variedade ou a falta de experiências pessoais, que também podem ser factores condicionantes da prática dos educadores. Para alguns, a sexualidade pode ser constrangedora ou constituir um mistério; outros podem recear não estar de acordo com a moral dominante ou com a dos seus pares; e muitos preocupam-se com o uso de uma linguagem apropriada (Sanders & Swinden, 1995).

As educadoras concordaram que a educação para a sexualidade na educação pré-escolar era um tema que despertava interesse, discordando com o facto de só desenvolverem actividades de educação para a sexualidade se estas estivessem incluídas no Plano Anual e/ou Projecto Educativo. Questionadas relativamente à circunstância em que surgia a abordagem à educação para a sexualidade, 59,5% das educadoras responderam que o tema era desenvolvido por iniciativa das crianças.

Quando se trabalham questões no âmbito da educação para a sexualidade, salienta-se a importância dos educadores recorrerem a uma prática pedagógica que apele à participação, iniciativa e desenvolvimento da consciência individual das crianças, recorrendo a metodologias activas (Marques et al., 2002). Diversas estratégias foram enumeradas pelas educadoras na abordagem a esta temática, sendo que as mais frequentes foram: as conversas; a utilização de livros e enciclopédias infantis com imagens; utilização de histórias alusivas ao tema; jogos/expressão dramática; vivências das crianças; exemplos de episódios familiares.



A maioria das educadoras inquiridas não experimentam muitas dificuldades ao nível da prática pedagógica relacionada com a educação para sexualidade e se surgem dúvidas sobre a temática, 37,5% das educadoras inquiridas responderam que recorrem a livros. Porém, consideram que os educadores, em geral, devem sentir dificuldades em relação à abordagem do tema pela falta de (in)formação/material e ao nível da utilização de linguagem específica e adequada à idade das crianças. Apontam ainda como dificuldades ao nível das práticas a (des)articulação escola-família.

Dimensão “Intenções Comportamentais”

Por fim, no que concerne a esta dimensão, onde se pretendeu analisar a forma como as educadoras tencionavam agir perante uma situação específica, como a intenção de frequentarem uma formação especializada em educação para a sexualidade, apurou-se que 52,3% inquiridas responderam afirmativamente. Estudos desenvolvidos em Portugal indicam que a maioria dos docentes afirmam que não se sentem seguros para desenvolver projectos e/ou actividades nesta área, uma vez que não receberam a devida preparação para o conseguirem fazer adequadamente. Consideram que ainda continua a existir pouca informação e formação no âmbito da educação para a sexualidade, existindo, assim, necessidade de formação para a abordagem da dimensão afectivo-sexual. A abordagem destes conteúdos pode não ser complicada, no entanto, é necessário dominá-los já que podem estar relacionados com crenças e serem susceptíveis de várias interpretações e sujeitos a imprecisões (Marques et al., 2000).

Considerações Finais

O presente estudo tentou descrever e analisar determinadas representações sociais dos educadores de infância face à educação para a sexualidade na educação pré-escolar, ou seja, permitiu averiguar os seus conhecimentos, quais as suas dúvidas, que tipo de dificuldades são sentidas, as suas crenças e atitudes face a este tema, bem como as estratégias de intervenção específicas para a população estudada.

Em jeito de síntese, pode concluir-se que os educadores de infância consideram essencial a educação para a sexualidade desde a educação pré-escolar, pois iria contribuir para o desenvolvimento saudável das crianças, uma vez que se transmitem conceitos básicos essenciais para o desenvolvimento ao longo da vida.



Embora os educadores tenham consciência que o seu papel é fundamental no desenvolvimento sócio-moral, principalmente na educação para a sexualidade, por vezes, sentem que não desempenham adequadamente as suas funções. A ausência de formação, a informação “suficiente” relativa ao tema e a desactualização de conhecimento surgiram, no nosso estudo, como os três primeiros factores que mais poderiam condicionar a preparação do educador de infância para a abordagem da educação para a sexualidade.

A par desta percepção de ausência de formação na área da educação para a sexualidade, existiu ainda uma percentagem considerável de educadoras que nunca abordaram esta temática ou o fizeram poucas vezes, justificando este facto com o pouco tempo de serviço que apresentam ou com a idade do grupo com que se encontram no momento (contexto de creche – 0 a 3 anos).

Apesar de toda a ausência de formação relativamente a área da Sexualidade, foi de salientar o facto de as educadoras terem plena consciência que esta área devia ser abordada, independentemente do seu próprio interesse manifestado pela temática ou do interesse demonstrado pelas crianças perante actividades neste âmbito. No entanto, verificou-se que existiu algum tipo de contradição no estudo realizado, pois apesar de se registar um número significativo de educadoras que nunca abordaram a temática da educação para a sexualidade, a maioria das inquiridas concordou que esta temática era tão importante como outros temas que se desenvolvem na educação pré-escolar, embora fosse dos temas menos frequentes nos Projectos Curriculares (apesar de reconhecerem a transversalidade da educação para a cidadania, por exemplo).

Segundo Marques et al. (2002), a maioria dos educadores sentem-se inseguros para iniciar actividades e projectos nesta área, devido às indicações pouco claras no âmbito da educação para a sexualidade que se traduzem em insegurança face às atitudes e posições que devem assumir perante as crianças, as famílias e até os próprios colegas.

Verificámos, então, que há um caminho a percorrer no que diz respeito à formação e preparação dos educadores, para que tenham as bases necessárias na abordagem da dimensão afectivo-sexual, de modo a conseguirem responder adequadamente às crianças, tendo em conta as faixas etárias e as necessidades próprias de cada idade. É importante que, na educação pré-escolar, o educador contribua para que as crianças construam o seu próprio “Eu”, através de um melhor



conhecimento do seu corpo, da compreensão da sua origem, da valorização dos afectos e da reflexão crítica acerca dos papéis sociais de ambos os sexos (Marques et al. (2000).

Em relação às principais dificuldades sentidas na implementação de estratégias no âmbito da educação para a sexualidade, a aceitação por parte da família, a falta de informação e material relativamente ao tema e as dificuldades na utilização da linguagem própria, tendo em conta a idade das crianças, foram as dificuldades mais referidas pelos inquiridos.

Verificou-se ainda que, na opinião das educadoras, os valores transmitidos pela família desempenham um papel crucial na educação para a sexualidade das crianças. Sugere-se, assim, que existe uma grande urgência em estreitar cada vez mais os laços entre a escola e a família, pois esta colaboração e cooperação irá ajudar a criança a crescer como um ser mais informado e preparado para enfrentar as situações do dia-a-dia. Seria importante que família e educadores se encontrassem devidamente informados e em sintonia e que mantivessem os seus conhecimentos permanentemente actualizados.

Referências Bibliográficas

- Alvim, F. (1986). Meus pais não ousaram falar (Educação Sexual). *Psicologia* 5 (1), pp. 11-17.
- Bettencourt, A., Campos, J., & Fragateiro, L. (2000). *Educação para a Cidadania*. Cadernos Coeducação, Lisboa: Edição da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Carmo, H., & Ferreira, M. (1998). *Metodologias da Investigação: Guia para Auto-Aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Cortesão, I., Silva, M., & Torres, M. (2005). *Educação para uma Sexualidade Humanizada – Guia para Professores e Pais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Frade, A. et al. (1992). *Educação Sexual na Escola: um guia para professores, formadores e educadores*. Lisboa: Texto Editora (Educação Hoje).
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (1993). *O Inquérito – Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora.
- Jodelet, D. (1989). Representations sociales: un domaine en expansion. In D. Jodelet (Ed.), *Psychologie Sociale* (pp. 31-61). Paris: PUF.
- Marconi, M., & Lakatos, E. (2006), 6ª Edição. *Técnicas de Pesquisa*. São Paulo:

- Editora Atlas S. A.
- Marques, A. et al. (2000). *Educação Sexual em Meio Escolar – Linhas Orientadoras*. Ministério da Educação e Ministério da Saúde.
- Marques, A., Vilar, D., & Forreta, F. (2002). *Os afectos e a sexualidade da educação pré-escolar: um guia para educadores e formadores*. Lisboa: Texto Editora (Educação Hoje).
- Marques, A., Pereira, A., & Magro, M. (2003). *Saúde na Escola – Desenvolvimento de Competências Preventivas*. Manual do Educador/Professor. Edição da Comissão Nacional de Luta Contra a Sida – Ministério da Saúde.
- Miguel, N., & Vilar, D. (1987). *Afectividade e Sexualidade no novo Contexto Social e Cultural*. Lisboa: IED.
- Ministério da Educação (2002) – Texto de M. Isabel Silva e Núcleo de Educação Pré-Escolar. *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.
- Moscovici, S. (1984). *Social Representations*. Cambridge: Cambridge University Press/Maison des Sciences de L'Homme.
- Moscovici, S. (1989). Des representations collectives aux representations sociales: éléments pour une histoire. In D. Jodelet (Ed.), *Les Representations sociales* (pp. 62-86). Paris: PUF.
- Navarro, M. (1989). *Reflectindo sobre formação pos-graduada em saúde escolar*. Revista Saúde e Escola, n.º 4.
- Pereira, C. (1997). A análise dos dados nas Representações Sociais. *Análise Psicológica*, 1 (XV), (pp. 49-62).
- Pinto, A. (1990). *Metodologia de investigação psicológica*. Porto: Edição Jornal de Psicologia.
- Pinto, T., & Henriques, F. (2000). *Coeducação e Igualdade de Oportunidades*. Cadernos Coeducação, Lisboa: Edição da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Piscalho, I. et al. (2000). Representações sociais da educação sexual em adolescentes. Psicologia da Saúde nas doenças crónicas. In J.L.P. Ribeiro, I. Leal, M. R. Dias (Eds.), *Actas do 3º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde* (pp. 353-362). Lisboa: ISPA.
- Re, M. (2007). *Educação Sexual na Infância (Um desafio possível)*. Coleção Educadores, Editorial Ediba.
- Re, M. (2007). *Educação Sexual em Contexto de Sala*. Coleção Educadores, Editorial



Ediba.

Sanders, P., & Swinden, L. (1995). *Para me conhecer. Para te conhecer... Estratégias de Educação Sexual para o 1º e 2º ciclos do Ensino Básico*. Lisboa: Associação para o Planeamento da Família.

Silva, M. et al. (2005). *Educação para uma Sexualidade Humanizada – Guia para Professores e Pais*. Porto: Edições Afrontamento.